



INTERIORIZAÇÃO DO ATENDIMENTO - PÁGINA 8

Corumbá recebe a décima unidade hospitalar da Cassems

SINPOL - PÁGINA 4

Sindicato cobra que determinação de trabalho para policiais civis seja por escrito



Governo mantém Detran como cabide e nomeia investigado para Aquidauana



Mesmo com o afastamento de toda a diretoria do Detran por suspeita de corrupção e fraude em licitações, ocorrida em agosto de 2017, o Governo do Estado continua usando o órgão para cabide de comissionados. **Página 5**

REUNIÃO COM VEREADORES - PÁGINA 6

ACP pede celeridade na implantação da gestão democrática na REME

INTERVENÇÃO FEDERAL - PÁGINA 7

Sindijus acompanha suspensão da proposta da Previdência em Brasília

ABSSMS - PÁGINA 4

Jurídico conquista na Justiça adicional para centenas de PMs e BMs

Manobra do Governo Federal põe fim à Reforma da Previdência

II A Intervenção Federal no Rio de Janeiro é um ato meramente político. Não pense que o Governo de Michel Temer está preocupado com os índices atuais de violência no Estado carioca.

Da Redação
redacao@publico.inf.br

O presidente utilizou-se da Constituição Federal para encontrar

uma solução política na controversa Reforma da Previdência. Isso porque a CF é clara ao dizer que não poderá existir emendas constitucionais na vigência de Intervenção Federal.

VEJAMOS:

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:
§ 1º A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção

federal, de estado de defesa ou de estado de sítio;

Dessa maneira, a reforma previdenciária - que só passaria no Congresso com quorum emenda - está sendo sepultada pelo Governo de forma constitucional, mascarando a provável derrota na votação.

Assim, mesmo que o presidente queira revogar tal decreto, restaria

prejudicado o andamento da reforma, visto que os ministros do Supremo Tribunal Federal entendem como inconstitucional essa manobra. Pela Constituição, o decreto só pode ser revogado se cessada a causa que motivou a edição do ato. E não precisa de muito conhecimento para saber que a batalha contra as organizações criminosas no Rio não irá acabar por tão cedo.



A intervenção federal é um ato meramente político

SINTSS/MS quer saber: Onde foi parar a “simetria” da Reforma da Previdência?

O governo ilegítimo de Michel Temer anunciou no dia 19 de fevereiro que está retirando da pauta a votação para o famigerado projeto de Reforma da Previdência.

Agora os sindicalistas questionam os argumentos utilizados pelo governo do Estado de Mato Grosso do Sul e a Assembleia Legislativa Estadual, que aprovou alterações na Previdência estadual, justificadas pela tramitação da Reforma Previdenciária em nível federal.

Deputados estaduais, alinhados com o governo de Reinaldo Azambuja, defendiam a “sime-

tria” com a Reforma da Previdência do Temer, sem que esta sequer tivesse sido votada pela Câmara Federal.

Uma das medidas mais criticadas pelos sindicalistas, foi o “sequestro” de aproximadamente R\$ 400 milhões de reais, realizado através da unificação do Plano Financeiro (deficitário) e do Plano Previdenciário (superavitário).

Na prática o governo utilizou estes recursos, duramente economizados pelos servidores públicos estaduais, para pagar salários e quitar gastos da máquina pública, que são suas obrigações.

O Projeto de Lei nº 253/17, que alterou o regime de Previdência dos servidores, também afetou os servidores públicos que recebem mais de R\$ 5,3 mil reais, aumentando sua contribuição previdenciária de 11% para 14%.

E agora?

Ricardo Bueno, Presidente do SintssMS, declarou para nossa reportagem, “a pergunta que fica aos nobres deputados da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, ao senhor Presidente da casa, deputado estadual Júnior Mochi (PMDB), ao deputado estadual Beto Pereira (PSDB) que tanto defendeu a

reforma, falando que o MS teria que ter uma simetria com a nacional, e que foram alertados várias vezes pelos sindicatos, fica a pergunta, o que fazer agora deputados?”.

Prosegue Bueno, “ e agora deputados, que vocês estão totalmente fora da realidade do Brasil, totalmente fora da realidade das regras da Previdência no País, uma vez que a reforma do Temer caiu? Então, tem que ter a humildade de reconhecer o erro de vocês e ver a forma legal de se alterar isso, mesmo depois do leite derramado, já que aquele dinheiro da Previdência, aproximada-

mente R\$ 400 milhões, já foram embora. É a pergunta que fica, e agora deputados?”, indagou o dirigente.

Ação de governo

Ricardo Bueno proferiu um discurso na AL-MS no dia 14 de novembro de 2017, criticando o projeto da Reforma da Previdência Estadual, que não foi discutido com os trabalhadores. O dirigente reforçou que este projeto não era uma política estrutural de Estado, “mas sim, ação de governo, que quer simplesmente salvar o final de governo e acabar com a Previdência dos servidores”.

Para reflexão, rombo ou

dívida do Estado? Para fundir os planos, governo estadual alegou um rombo de mais de R\$ 80 milhões de reais por mês, com as aposentadorias oriundas do plano financeiro.

Os trabalhadores refutam esta tese, eles afirmam que em 2012, quando uma lei estadual definiu pela segregação de massa, o Estado reconheceu que o dinheiro da Previdência foi gasto com outras despesas, neste sentido, o aporte de R\$ 80 milhões por mês que o governo realizava no fundo deficitário, nada mais era do que a dívida do próprio Estado, para com os servidores.

Sobre a reforma da Previdência Estadual

II Em Mato Grosso do Sul, no fim de novembro, o governador Reinaldo Azambuja (PSDB), sem dialogar com os servidores, enviou um projeto de reforma do sistema previdenciário estadual para a Assembleia Legislativa, a proposta tramitou em regime de urgência na Casa e foi aprovada por 13 votos a 7, na sessão presidida pelo deputado estadual Junior Mochi (MDB).

Da Redação
redacao@publico.inf.br

Os deputados aprovaram aumento escalonado da alíquota de contribuição da Previdência, que em 2018 será de 12% (do salário bruto do servidor), chegando a 13% em 2019, e 14% em 2020. Os aumentos ocorrerão sempre no mês de maior arrecadação. Já a contribuição patronal será de 24% em 2018 e 25% em 2019.

A reforma na Previdência Estadual aprovada uniu os planos Financeiro (deficitário) e Previdenciário (superavitário), e ainda elevou o percentual de contribuição dos servidores públicos, e ainda a contribuição patronal.

Além disso, Reinaldo deixou de repassar R\$ 18 milhões referentes aos repasses previstos em outubro, novembro, dezembro e 13º salário. Outros R\$ 11,6 milhões não foram repassados em janeiro e fevereiro para o MS Prev.

A aprovação da reforma da Previdência dos servidores estaduais aconteceu mesmo antes da votação da proposta da reforma da Previdência proposta pelo Governo Federal, que foi retirada da pauta devido à intervenção federal no Rio de Janeiro.

Com ajuda do agora ministro de Governo Carlos Marun (MDB) no Estado, o governador Reinaldo Azambuja já fez decretos de suplementação orçamentária retirando R\$ 167.725.000,00 da reserva do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos (RPPS) e transferindo para o pagamento de benefícios. O total retirado do regime próprio da Previdência só em dezembro atingiu R\$ 390 milhões.

Mudanças

Haverá, já a partir de 2018, aumento da alíquota de 11% para 14% somente para servidores que recebem acima do teto da Previdência, o equivalente a R\$ 5.531,00.

Números da SAD (Secretaria de Estado de Administração), dão conta que 75% dos servidores, cerca de 75% do total de funcionários do Estado, não sofrerão reajuste na contribuição previdenciária.

A contribuição patronal saltará no próximo ano de 22% para 25% (o projeto inicial previa aporte de 28%).

O deputado Pedro Kemp (PT) explicou que uma das emendas prevê que os três pontos percentuais que aumentaram na contribuição patronal serão destinados para recompor o Fundo Previdenciário.

Havia dois fundos, ou duas massas, como diz o Fórum de Servidores, um criado em 2012, com superávit de quase R\$ 400 milhões, e outro mais antigo, que custeava a maioria das aposentadorias em Mato Grosso do Sul, com déficit mensal na casa dos R\$ 80 milhões. O projeto unificou os fundos.

Além do aporte mensal dos três pontos percentuais, o governo deverá fazer um levantamento dos bens do antigo Previsul (Instituto da Previdência Social de Mato Grosso do Sul) que poderão, também, ser integrados ao fundo previdenciário, chamado de Plano de Previdência Único.



Descaso com servidores

Antes da votação, quando o projeto foi aprovado na CCJR (Comissão de Constituição, Justiça e Redação), uma aposentada reclamou do descaso com os funcionários públicos com o deputado Beto Pereira (PSDB) na Assembleia Legislativa durante manifestação do Fórum dos Servidores. Irritado, o deputado disse que estava aprovando a reforma para que a servidora 'não fosse para um abrigo'.

– A gente estava lá, pedindo voto para você. E o que você está fazendo com a gente hoje? Falando o que para nós? Mentindo descaradamente para nós, Beto! O que você está fazendo com nós, servidores públicos? Aposentados? Demos nossa vida para esse Estado – eu sou servidora da divisão desta porcaria de Estado e sempre estive presente apoiando vocês!

– Estamos garantindo a aposentadoria para a senhora. Para a senhora não ir para um abrigo depois porque não recebeu”, rebateu o tucano.

Os servidores que acompanharam o diálogo ficaram indignados com a grosseria do deputado.

Até o conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, Jerson Domingos, deixou de lado a neutralidade e de não falar mais sobre política para atacar a postura do relator da reforma.

“O que esse deputado fez é um absurdo. É imperdoável. Ele destruiu todas as conquistas do funcionalismo público construídas em 2012 por nós com o governo André Puccinelli”, afirmou. Na época, Jerson era o presidente da Assembleia Legislativa. O conselheiro demonstrou claramente o seu inconformismo e a sua insatisfação com o deputado tucano quando declarou: “Só tenho um arrependimento na minha jornada política, que foi pedir voto a Beto Pereira”.

Para Jerson, o parlamentar traiu a confiança do funcionalismo por “destruir um sonho”. O conselheiro disse que Beto “tomou medida impensada e desumana” em retirar benefícios dos servidores da Previdência Estadual.

Jurídico da ABSSMS conquista na Justiça adicional para centenas de PMs e BMs

II Nos últimos meses, centenas de Policiais Militares e Bombeiros Militares em MS conquistaram na Justiça, através da Assessoria Jurídica da ABSSMS, o direito do recebimento da indenização por retribuição do percentual de 10 % do seu subsídio conforme previsto no artigo 23, inciso V, da Lei Complementar nº 127/2008 e a sua devida implantação em folha de pagamento.

Da Redação
redacao@publico.inf.br

Em Dourados, o advogado da ABSSMS, Gilmar Dias, está à disposição para atender os associados da entidade naquela região.

O artigo 23, inciso V da Lei complementar nº 127/2008 prevê o pagamento de indenização de 10% para quem exerce funções de Chefes de Seções do Comando de Policiamento Metropolitano e do Interior, Chefes de Seções do Estado-maior das OPM/OBM, Chefe de Seções e Cartório da Corregedoria, Presidentes e Membros de Conselhos de Justificação, de Conselho de Disciplina e de Processo Administrativo Disciplinar, Comandante e Subcomandante de

Companhia de Corpo de Alunos, Assessores Militares, Comandante de Pelotão de Corpo de Alunos, Comandante de Pelotão ou Seção Orgânicos, Comandantes de Destacamentos, Coordenadores de Polícia Comunitária, Presidentes e Membros de Comissões Constituídas, Auxiliares Administrativos, Comandante de Equipe de Serviço, Motorista de Viatura, Conductor e Operador de Viatura, que estiverem classificados nessas funções por no mínimo 30 (trinta) dias”.

Porém, por força de um Decreto o recebimento pecuniário dos Militares Estaduais que exercem estas funções foi condicionado à autorização expressa do Governador.

O Departamento Jurídico da ABSSMS tem trabalhado incansavelmente em diversas ações coletivas e individuais em defesa dos interesses dos associados, e devido ao empenho da excelente equipe de advogados, tem conquistado diversas vitórias judiciais.

SERVIÇO

Maiores informações na sede da entidade na Rua Senador Queiroz, 1.247, Jd. Leblon-TEL-(67) 3027-1434, na Capital ou (67) 99923-2207 em Dourados.



O Jurídico da ABSSMS tem trabalhado em diversas ações coletivas e individuais em defesa dos interesses dos associados

Sindicato cobra que determinação de trabalho para policiais civis seja por escrito

Na terça-feira (20/01), o Sinpol-MS protocolou na Delegacia-Geral a solicitação para que as determinações do delegado sejam por escrito nos atos administrativos e de persecução penal. A medida visa colocar em prática o que o Código Penal e o Regulamento das Atividades da Polícia Judiciária – R12 orientam, bem como garantir que o policial civil tenha seu direito preservado nas hipóteses de acidente de trabalho ou processo judicial. Conforme esclarece o diretor jurídico do sindicato, Max Dourado,



O diretor jurídico do sindicato, Max Dourado, protocolou a solicitação na Delegacia-Geral

por diversos fatores o uso indiscriminado das determinações verbais nas delegacias podem prejudicar a argumentação nos casos de processos e indenizações contra o agente de

polícia e, até mesmo, contra o Estado. “Não se deve adotar o informalismo na rotina do trabalho policial, pois lidamos com as vidas e direitos fundamentais de pessoas”, concluiu

Max. Vale lembrar que a cartilha “Polícia Civil Legal”, distribuída pelo sindicato, orienta que qualquer procedimento deve ser feito somente mediante a Ordem de Serviço escrita.

Governo mantém Detran como cabide e nomeia investigado para Aquidauana

II Mesmo com o afastamento de toda a diretoria do Detran por suspeita de corrupção e fraude em licitações, ocorrida em agosto de 2017, o Governo do Estado continua usando o órgão para cabide de comissionados. Em dezembro do mesmo ano, o ex-vereador Clezio Bley Fialho foi nomeado para o cargo de Gerente da Agência do Detran de Aquidauana, com o DGA-3.

Da Redação
redacao@publico.inf.br

Clezio Bley Fialho já foi acusado de “Supressão de Documento Público” e intimado a pagar multa pelo uso irregular de dinheiro público, durante o período em que foi vereador em Aquidauana. “O governo troca favores políticos através de nomeações nas Agências do Detran do Interior e da Capital. Essa ação é lamentável, pois acabamos tendo problemas de corrupção, de fraude, de uso irregular do dinheiro público, como já presenciamos na diretoria do órgão”, comenta o presidente do Sindicato dos Servidores do Detran (Sindetran-MS), Octacílio Sakai Junior.

Hoje, o Governo do Estado mantém mais de 50% de servidores comissionados, descumprindo a



Governo do Estado mantém mais de 50% de servidores comissionados

Lei 1102/90, que em seu Art. 4º, parágrafo 2º, ao dispor que “Os cargos em comissão são os que envolvem atribuições de comando, direção, gerência e assessoramento técnico ou especializado, de livre provimento, satisfeitos os requisitos de qualificação definidos em lei ou regulamento”.

Em 2017, o Ministério Público Estadual recomendou ao Governo do Estado que os servidores comissionados que atuam na vistoria veicular do Detran fossem

exonerados. A recomendação foi ignorada pelo Governo, que mantém os servidores comissionados em funções de servidores públicos de carreira. “Essas vagas que estão ocupadas por comissionados beneficiariam servidores aprovados em concurso que esperam ser chamados para trabalhar. Frequentemente temos nomeações de pessoas sem concurso para trabalhar no Detran em áreas fins, que deveriam ser exclusivas da carreira, como a vistoria, emissão de documentos

e outras”, afirma Bruno Alves, diretor-geral do Sindetran-MS.

O excesso de comissionados e as nomeações políticas foram denúncias recorrentes do Sindetran-MS durante o ano de 2017. “O Sindicato se preocupa com a entrega de bons serviços à população do Estado. E isso somente será possível com a transformação do Detran no órgão técnico que é, e não com essa ingerência política do Governo”, completa Sakai.



O Sindicato se preocupa com a entrega de bons serviços à população do Estado. E isso somente será possível com a transformação do Detran no órgão técnico que é, e não com essa ingerência política do Governo.”

Octacílio Sakai
Presidente do Sindetran-MS

ACP tem primeira reunião com Legislativo para implantação da gestão democrática na REME

II A gestão democrática vem sendo debatida entre a ACP e a Semed, desde 2012. Com a implantação do PME (Plano Municipal de Educação), em 2015, sua meta 19 fortaleceu ainda mais a luta da categoria, pela efetivação da gestão democrática na REME.

Da Redação
redacao@publico.inf.br

Em 2017, de maneira inédita, o Executivo Municipal, através do prefeito Marcos Trad, demonstrou interesse na realização de eleição direta para diretores da REME, encaminhando para a Câmara Municipal, o projeto de Lei que trata da gestão democrática.

No dia 22 de fevereiro, a ACP reuniu-se, pela primeira vez, com o Legislativo Municipal para cobrar celeridade na tramitação do Projeto de Lei. O presidente do sindicato, Lucílio Nobre; a vice-presidente Zélia Aguiar, e os secretários Gilvano Bronzoni, Lilian Teles, Waldemar Gomes e Weld de Carlos foram recebidos pelo presidente da Câmara, vereador João Rocha, e o 1º secretário, vereador Carlão.

De acordo com Lucílio Nobre, a reunião foi satisfatória. "Houve com-



Representantes da ACP se reúnem com vereadores da Capital

promisso do presidente da Casa de realizar uma audiência pública sobre o tema, ainda na primeira semana de março, para debater com os profissionais da educação e os demais vereadores, membros das comissões da Câmara. Também ficou assegurado pelos parlamentares que o projeto tramitará pelas comissões, ao longo do mês, e após análise nessas comissões, será pautado para votação", informa o presidente da ACP.

O vereador João Rocha afirmou que a gestão democrática terá prioridade em relação à tramitação dos projetos na Câmara Municipal. "A ACP espera que o Poder Legislativo cumpra com o que a categoria demanda. A gestão democrática é uma prioridade dos profissionais da educa-

ção pública há bastante tempo. Com eleições diretas nas escolas, a responsabilidade pela escolha dos gestores é transferida para a comunidade escolar, respeitando a democracia e promovendo autonomia e cooperação para a realização do trabalho", avalia Lucílio Nobre.

Assim que a audiência pública for marcada, a ACP comunicará as escolas da REME, para que a comunidade possa debater o futuro da gestão escolar. "É importante que a Câmara Municipal tenha empenho em aprovar, definitivamente, o PL da gestão democrática, pois, uma vez implantada, as eleições diretas para diretores na REME serão um marco para a educação pública Municipal", conclui Nobre.

Nota de Reconhecimento e aclamação Fetems representa a educação pública em MS

A ACP – Sindicato Campo-grandense dos Profissionais da Educação Pública vem a público reconhecer e destacar a representatividade da Fetems - Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul na luta em defesa dos direitos dos trabalhadores e da qualidade da educação em nosso estado.

Aproximando-se do dia 03 de março, quando completa 39 anos de fundação, nossa Federação é um patrimônio dos educadores de MS e entidade pioneira no movimento sindical. Construída com a solidez de uma instituição que nasceu da organização dos trabalhadores, a Fetems cresceu em tamanho, importância e representatividade. Hoje, é a maior entidade sindical de MS, reunindo 74 SIMTED's (Sindicatos Municipais dos Trabalhadores em Educação) e mais de 26 mil filiados. Sua relevância é reconhecida pela sociedade, Poder Público, Universidade e demais sindicatos.

Uma entidade viva, dinâmica e exemplo de organização, a Fetems é protagonista na luta em defesa dos trabalhadores da educação. Sua atuação incessante e indiscutível conquistou avanços fundamentais para a carreira de professores e administrativos da educação pública de MS, inspirando a luta dos trabalhadores no âmbito nacional. Veja algumas das principais conquistas lideradas pela Fetems:

- Professores com o melhor salário do Brasil, com política de aplicação do Piso 20 horas;
- Jornada digna de trabalho que respeita e aplica o 1/3 de hora-atividade na carreira do professor;
- Plano de cargos e carreira sólido;
- Gestão democrática nas escolas estaduais, com eleições para direção há mais de 30 anos;
- Participação efetiva na criação e atual gestão, com demais sindicatos de servidores estaduais, da Cassems, fazendo da Caixa de Assistência à Saúde ser reconhecida nacionalmente como uma das melhores e mais organizadas do país;
- Enfretamento contra a retirada de direitos da classe trabalhadora, (PEC do Teto de Gastos, Terceirização, Reformas trabalhista, do Ensino Médio e da Previdência), atualmente promovida pelo governo Temer, com o apoio de segmentos da elite que, deliberadamente, patrocinam o golpe contra a democracia e os direitos da população.

Sua atuação forte e comprometida com as causas da classe trabalhadora e do povo deste estado levou a Fetems à natural liderança, não só entre os trabalhadores da educação pública, como também das demais categorias e movimentos sociais.

Quando se aproxima das quatro décadas de luta, a Fetems é celebrada, reconhecida e aclamada como plena representante legal e legítima dos trabalhadores da educação pública de MS. Uma instituição criada, construída e revigorada dia a dia, pela luta de cada professor(a) e administrativo(a) nas escolas e nas ruas deste estado e deste país.

A ACP, com seus 66 anos de história, parabeniza a Fetems por seus 39 anos de lutas e conquistas em defesa dos trabalhadores em educação.

Viva a educação pública, gratuita, de qualidade, laica, inclusiva e democrática!
Viva os educadores!

Desde 1952, nossa luta não para!

SINDIJUS-MS acompanha suspensão da proposta da Previdência em Brasília

II A Direção Geral do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul (SINDIJUS-MS), na ocasião representada pelo vice-presidente Fabiano Reis, esteve em Brasília (DF), nos dias 16, 17 e 18 de fevereiro, acompanhando a mobilização contra a Reforma da Previdência, que teve seu trâmite alterado após o decreto de intervenção federal na segurança pública no Rio de Janeiro, sendo suspensa pelo governo federal.

Da Redação
redacao@publico.inf.br

Articuladores do governo chegaram à conclusão de que não há condições de contornar o impedimento legal de que PECs sejam votadas durante a vigência de uma intervenção federal, como a que está vigorando na



A base deve continuar unida e mobilizada, pois novas medidas devem ser tomadas

área de segurança no Rio de Janeiro, definindo o impedimento pela suspensão da reforma.

Além disso, afirma-se de que não há votos suficientes para aprova-

rem a reforma em virtude da forte atuação de representantes sindicais no Congresso Nacional contra a Proposta de Emenda à Constituição – PEC 287/2016, que visa a Reforma da Previdência.

BASE UNIDA

O presidente do SINDIJUS-MS, Leonardo Lacerda, acredita que mesmo com o eventual fim da reforma a base deve continuar unida e mobilizada, pois novas medidas adotadas pelo governo devem ser tomadas

“Nós do SINDIJUS-MS juntamente às centrais e federações sindicais estamos acompanhando o andamento da Reforma da Previdência e realizando plantões na Câmara dos Deputados contra o projeto. Agora, com a intervenção muda totalmente o cenário, podendo afirmar ser o fim da reforma”, afirmou Fabiano Reis.

Alívio

II Após a suspensão, as novas regras na previdência deixam de assombrar, pelo menos por enquanto, o servidor que está prestes a se aposentar, como idade mínima de aposentadoria; tempo mínimo de contribuição, novo cálculo do valor da aposentadoria, integralidade e paridade, dentre outras mudanças.

Tendo como exemplo os servidores que ingressaram no serviço público até 2003 têm direito à integralidade e à paridade, ou seja, conseguem

se aposentar com o valor do último salário e têm reajuste igual ao servidor da ativa.

Pela proposta da então reforma da Previdência, esses servidores teriam de aguardar completar 65 anos, no caso de homens, e 62, de mulheres, para garantir a aposentadoria integral e o mesmo reajuste dos ativos. Ou seja, não teriam regra de transição e teriam de atingir as idades mínimas de aposentadoria para manter os benefícios atuais.

para reduzir direitos dos servidores.

“Foram meses de luta, incluindo gigantescas passeatas em Brasília e em Campo Grande no ano passado contra a

reforma. Conseguimos vencer mais essa batalha, mostrando que unidos somos muito fortes. Que essa vitória incentive os trabalhadores para as lutas futuras”, pontuou Leonardo.

Conselho de Representantes

II Além do vice-presidente Fabiano, o diretor jurídico Flávio Lopes, representando o presidente Leonardo Lacerda, também participou do Conselho de Representantes da Federação Nacional dos Trabalha-

dores do Judiciário nos Estados (FENAJUD), nos dias 17 e 18 de fevereiro, em Brasília. No evento foi discutido sobre o planejamento estratégico de lutas e mobilizações para este ano de 2018.

CAVALETES PROMOCIONAIS DUPLA FACE 50X90cm
POR APENAS R\$ 80,00
ESTRUTURA DE MADEIRA - ARTE INCLUSA
99104-2489

Corumbá recebe, em 2018, a décima unidade hospitalar da Cassems

II Acompanhado do diretor de Unidades Hospitalares da Cassems e de representantes da classe médica de Corumbá, o presidente da Cassems, Ricardo Ayache, realizou, na manhã de sábado, 24/01, visita técnica à obra da décima unidade hospitalar da Caixa de Assistência, que será inaugurada ainda este ano no município pantaneiro. A obra, com 3,2 mil m², está em fase final de construção, e se localiza no bairro Popular Velha, área de fácil acesso para a população residente tanto em Corumbá, como em Ladário.

Da Redação
redacao@publico.inf.br

A unidade hospitalar terá 35 leitos, 03 salas cirúrgicas, Pronto Atendimento 24 horas, além de três recepções, uma para o Centro de Diagnóstico, outra para o Pronto Atendimento e ainda uma que atenderá o Centro de Especialidades Médicas e a Unidade Regional da Cassems, que será integrada ao prédio com a parte administrativa, 05 consultórios ambulatoriais e 02 consultórios odontológicos.

Conterá, ainda, com Centro de Diagnósticos equipado com ressonância magnética, tomografia, raio-x digital, mamografia, densitometria óssea, duas salas de ultrassonografia, laboratório de



A obra, com 3,2 mil m², está em fase final de construção, e se localiza no bairro Popular Velha, área de fácil acesso

análises clínicas e um centro de especialidades médicas.

Com um projeto moder-

no, o hospital contará ainda com área de apoio incluindo lavanderia, rouparia, farmácia, almoxarifado, cozinha, refei-

tório, lanchonete, área de limpeza e administrativas, central de gases medicinais e subestação elétrica, com sistema de geradores de energia.

A pedra fundamental do hospital da Cassems de Corumbá foi lançada em 2016, quando o poder público doou

uma área de 5,5 mil m², cedida pela União, numa parceria firmada entre a Prefeitura Municipal de Corumbá e a Caixa de Assistência.

A obra emprega 52 pessoas da região de Corumbá e Ladário e o hospital está orçado em R\$ 10 milhões.



A pedra fundamental do hospital da Cassems de Corumbá foi lançada em 2016

Interiorização do Atendimento

A interiorização da saúde sempre esteve entre os principais objetivos da diretoria da Cassems e o primeiro Hospital da Caixa dos Servidores foi construído em Dourados, em 2004, depois, vieram os de Nova Andradina, Ponta

Porã, Aquidauana, Paranaíba, Naviraí, Três Lagoas, Coxim e Campo Grande. O 10º Hospital da Cassems proporcionará atendimento para 10 mil beneficiários do plano de saúde que residem em Corumbá e Ladário.